

Angela Davis na Bahia: 'Mulheres negras são a esperança da liberdade'

“Não reivindicamos inclusão numa sociedade racista, misógina, patriarcal e capitalista. Afirmamos o feminismo abolicionista”, diz filósofa e ativista feminista norte-americana

[\(Rede Brasil Atual, 26/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A filósofa e ativista norte-americana Angela Davis, símbolo da luta pelos direitos civis da população negra, esteve ontem (25) em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), para falar da luta das mulheres negras, em um momento “difícil” no qual o mundo assiste a uma guinada à direita, com a ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e o “golpe antidemocrático” ocorrido no Brasil. Para um auditório lotado, a professora do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia afirmou que, após a derrubada de Dilma Rousseff, o movimento das mulheres negras criou “a melhor esperança para o futuro do Brasil”.

A vinda de Angela Davis ao Brasil faz parte das celebrações do [Dia da Mulher Negra Latino-Caribenha](#), comemorado nessa terça-feira, com atos em diversas partes do país, e também do Julho da Pretas, que marca o mês com discussões e palestras sobre a identidade negra. Ela destacou a longa história de luta pela liberdade e a herança cultural e religiosa das mulheres negras na Bahia, citando, como exemplo, a Irmandade da Boa Morte, uma confraria de mulheres negras que existe desde o século 19.

Em palestra intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, ela afirmou ser “indescritível” a sensação de viver num país liderado por Trump. “Nós resistiremos. Em todos os dias da administração Trump, resistiremos. Resistiremos ao racismo, à exploração capitalista, ao hetero-patriarcado, à islamofobia e ao preconceito contra pessoas com deficiência. Defenderemos o meio ambiente dos ataques

insistentes e predatórios do capital.”

Angela também fez menção ao movimento Black Lives Matter (As Vidas dos Negros Importam), que, nos Estados Unidos, vem ganhando destaque nos últimos anos pela luta contra a violência policial que atinge mais incisiva e cotidianamente a população negra.



Auditório lotado na UFBA (Foto: Juh Almeida)

“Nós sabemos que as transformações históricas sempre começam pelas pessoas. Essa é a mensagem do movimento Black Lives Matter. Quando as vidas negras começarem a realmente importar, significara que todas as vidas têm importância. Quando a vida das mulheres negras importar, o mundo será transformado e saberemos, com certeza, que todas as vidas importam”, destacou a ativista.

Angela Davis também denunciou a política de encarceramento em massa, que também se desdobra em racismo institucional, já que afeta desmedidamente a população negra, e destacou a necessidade de se combater as formas institucionais e individuais de violência e cerceamento de liberdades dessas populações, mas sem esbarrar em uma perspectiva de vingança.

“Esta é a chamada feminista negra por formas de justiça que não sejam vingativas. Mulheres negras representam o futuro. Mulheres negras são a esperança de liberdade. Não reivindicamos inclusão numa sociedade racista, misógina, patriarcal e capitalista. Afirmamos o feminismo abolicionista”, afirmou.

Após a palestra, ela respondeu a perguntas de estudantes e jornalistas, e destacou a importância das manifestações culturais nos movimentos de resistência, como foi a música para o movimento abolicionista nos Estados Unidos, e ressaltou a importância de integração entre os jovens, que preservam a vitalidade da luta, e os mais velhos, que conservam o conhecimento acumulado. “Qualquer movimento que tenha expectativa de

provocar uma mudança duradoura, deveria reconhecer a importância da comunicação entre diferentes gerações.”

Ela também manifestou [solidariedade a Rafael Braga](#), jovem negro preso nas manifestações de 2013, por portar uma garrafa de desinfetante, considerado como material explosivo pelas forças de segurança e pela Justiça, e frisou a necessidade de cooperação internacional para a libertação de presos políticos.

Assista à palestra na íntegra, transmitida pela *TVE Bahia*:

Em marcha, mulheres pedem fim do racismo e de ‘reformas genocidas’ de Temer

Negras, indígenas e brancas protestaram em São Paulo contra as ações do governo federal e as políticas higienistas do prefeito João Doria, que vão agravar a discriminação e reduzir o acesso a serviços

[\(Rede Brasil Atual, 26/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As reformas trabalhista e da Previdência, o desmonte do Estado e o fim de políticas sociais do governo de Michel Temer (PMDB) – além das ações higienistas e de privatização da cidade promovidas pela gestão João Doria (PSDB) – tendem a agravar o racismo, a violência, a desigualdade de oportunidades e de acesso a serviços para os mais pobres, especialmente negros e indígenas, historicamente marginalizados. A lógica perversa dessas “reformas genocidas” voltou a ser denunciada na noite desta terça-feira (26) durante a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, que reuniu mais de 5 mil participantes, em ampla maioria negras e indígenas, segundo a

organização.

“A eleição da presidenta Dilma Rousseff é um marco importante para as mulheres, mas o golpe contra ela, que é também machista e misógino, tirou o tempo que era necessário para a sequência de políticas afirmativas para mais oportunidades de acesso a melhores empregos, a vagas nas universidades e serviços públicos como um todo”, disse a dirigente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e integrante da União de Negros pela Igualdade (Unegro) Rosa Anacleto.

“Além disso, o fim de uma secretaria especial em prol da igualdade racial (Seppir) enfraqueceu a interlocução, praticamente acabou com a nossa participação na formulação de políticas e as medidas de um governo conservador podem levar ao aumento do racismo, sobretudo o institucional. Hoje muitas negras não vão ao posto de saúde porque são discriminadas e mal tratadas”, lembrou.

Rosa, que integra a organização da Marcha, apontou ainda a lentidão no avanço de políticas para as mulheres negras é muito lento no Brasil. e as empresas em geral são racistas. “Há 20 anos trabalhamos essa questão no Metrô, que é uma empresa racista. Praticamente não há negros entre os servidores. E todo ano falo a mesma coisa: as empresas sérias têm de ter ações de cumprimento a políticas afirmativas.”

Demarcação

O avanço de projetos no governo federal que modificam as regras de demarcação de terras indígenas ou facilitam a compra de grandes territórios inclusive por empresas estrangeiras, que deixam esses povos ainda mais à mercê de conflitos agrários, esteve entre as principais reivindicações de diversas etnias guaranis representadas no ato.

Evellyn Iva Amba Rokaju, moradora de aldeia Guarani, em Parelheiros, no extremo sul da capital, foi à marcha com seus familiares para chamar atenção para a importância da demarcação.

“Precisamos de nossas terras para morar, plantar, criar nossos filhos, para viver. Nossos alimentos e remédios estão na floresta. Por isso estamos aqui,

para defender as demarcações, que correm risco com o atual governo”, disse.

Perseguição religiosa

O preconceito e perseguição às práticas religiosas também foram lembrados. Andreia Oliveira Iyawa de Yemoja, do terreiro CCRIA Ango Ilê Axé, destacou ameaças de propostas que pretendem criminalizar o já discriminado e incompreendido Candomblé. Espaço de agregação de negros separados de suas famílias na diáspora, os terreiros tornaram-se sinônimos de resistência da população negra e, mais recentemente, da comunidade LGBT, historicamente marginalizada assim como a negra.

“Mães e pais de santo têm esse nome devido ao seu papel de agregar populações que estão à margem, em defesa da ‘família preta’. A imolação de animais, que deve sempre ser reconhecida como parte integrante de rituais e festas, como no Natal dos cristãos, em que é tradicional comer aves e outras carnes, é alvo de projetos que querem proibir”, disse.

A manifestação, que uniu lideranças do movimento negro e estudantil, homenageou a líder quilombola Tereza de Benguela, que viveu no século 18, na região do atual estado de Mato Grosso. O Quilombo Quariterê chegou a abrigar mais de 100 pessoas, inclusive indígenas. E lembrou ainda mulheres vítimas de violência, como Luana Barbosa, espancada e assassinada por policiais militares em abril do ano passado, em Ribeirão Preto. O caso caiu no esquecimento sem a punição dos assassinos.

Pelo meio do caminho, homens, crianças, vendedores ambulantes e ciclistas se juntaram à passeata animada pelo batuque a dar ritmo às danças africanas e indígenas. Muita gente saiu às janelas e porta de bares para ver a passagem do cortejo, que desceu a Rua da Consolação em direção ao Largo do Paissandu, na região central, onde está o monumento em homenagem à Mãe Preta.

Cida de Oliveira

25 de julho é dia de celebrar a potência e a luta das mulheres negras, por Luciana Araújo

Mulheres negras venceram a escravidão, mas ainda enfrentam violações de direitos fundamentais.

Neste Dia de Tereza de Benguela e das Mulheres Negras Afrolatinoamericanas e Caribenhas, mulheres negras e indígenas tomarão as ruas em atividades na [Central do Brasil \(Rio de Janeiro\)](#), [no Iguatemi \(Salvador\)](#), [em Campinas](#) e na capital paulista. Em São Paulo, o [ato “Por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”](#) reafirma que somos fortalezas.

Não a “força” exigida pela sociedade racista patriarcal e heteronormativa para que suportemos todas as violências que nos impõem, mas a força de uma história que esta mesma sociedade tenta esconder e contra a qual vamos gritar cada vez mais alto. A fortaleza e a potência de saber que este país deve a nós ter chegado ao posto de sétima economia do mundo. E deve muito.

[\(HuffPost Brasil, 25/07/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

O 25 de julho é celebrado desde 1992 por deliberação do 1º Encontro de Mulheres Afrolatinoamericanas e Afrocaribenhas. No Brasil, em 2014, a data foi instituída por lei também como o [Dia Nacional de Tereza de Benguela](#) - primeira liderança feminina quilombola reconhecida pelo Estado brasileiro.

Os registros históricos mostram que Tereza comandou o Quilombo do Quariterê, região do Mato Grosso, por quase 40 anos, até 1770. Naquele pedaço de terra, uma experiência de relações sociais oposta pelo vértice ao regime escravista, que possibilitava a convivência entre negros, indígenas e bolivianos e produção coletivizada. Tudo isso fez Tereza ser reconhecida como rainha de um reinado que nada tem a ver com o mofo despótico monarquista de inspiração europeia.

Hoje é, portanto, um dia para celebrar as vitórias e conquistas políticas das 49 milhões de mulheres negras do Brasil. Em país em que mais da metade do povo se declara preto ou pardo, ainda estamos sobrerrepresentadas em todos os indicadores de violações de direitos em decorrência do racismo patriarcal que estrutura a sociedade.

Por isso, neste artigo não centrarei esforços em destacar os indicadores sociais costumeiramente divulgados sempre nesta data e no 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra.

Esses indicadores são fundamentais para corroborar a luta que travamos todos os dias do ano desde que chegaram nossas primeiras ancestrais sequestradas do continente africano para a escravização no País.

É fundamental reforçar com dados o quanto o racismo e o machismo demarcam um lugar de classe que pretende perpetuar uma condição subalternizada e despossuída para nós, negras. É desta forma que a sociedade se vê obrigada a reconhecer seu lugar de algoz evidenciado nos dados sobre os quais apenas muito recentemente forçamos o Estado brasileiro a se debruçar.

No entanto, quando a mídia foca apenas esses números negativos - e faz isso somente nas datas comemorativas - também reforça uma ideologia de "destino imutável". E nossa história de mudança de condições de vida só se dá pela organização, luta e rupturas sociais. Só assim avançamos. E nunca nos recusamos a assumir a vanguarda na transformação das condições de vida de nosso povo. Nós a reivindicamos!

Nós, mulheres negras, resistimos à escravidão liderando quilombos - como fizeram [Tereza, Aqultune e Dandara em Palmares](#), Preta Zeferina no Quilombo do Urubu (BA), Felipa Aranha no Grão Pará (atual Tocantins), ou Luisa Mahin, que teve papel destacado na construção da Revolta dos Malês.

Quando os movimentos feministas europeus e norte-americanos buscavam o direito ao trabalho, ao voto e ao aborto para mulheres brancas de quem o capitalismo tinha retirado a autonomia e destinado o espaço do privado, nós, mulheres negras, já éramos parte fundamental da força de trabalho.

Violentadas de todas as formas, também lutamos - muitas vezes contra nossas irmãs brancas - pelo direito ao sufrágio. Já abortávamos para que filhos gerados pelos estupros praticados por escravocratas não sofressem as misérias que nos eram impostas. Para nós, a luta pela legalização do aborto foi sempre um ato político de resistência a um sistema opressor e explorador, e não só uma questão de escolha.

Para nós, o direito ao nosso corpo é muito mais que uma palavra de ordem de contornos liberais. É uma resposta integral a todas as violações que sempre foram impostas a nós pelo Estado, pela violência da escravidão, pela violência do roubo e venda de nossos filhos pelos "senhores", pela esterilização forçada em massa durante a ditadura empresarial-militar, pela violência obstétrica que mata milhares de mulheres todos os anos, pelo genocídio de nossos filhos.

Queremos o direito de optar conscientemente e com condições dignas por não exercer a maternidade quando não for uma possibilidade ou escolha, mas queremos mais: ter assegurados nossos direitos sexuais e reprodutivos, para que não tenhamos nosso direito de ser mães, se assim optarmos, roubado pelas condições de vida que nos são impostas. Não queremos morrer no parto e nem que nossos filhos sejam mortos pelo Estado.

Arrebatamos os grilhões. Contribuímos para derrotar as ditaduras no Brasil. Nos constituímos como feministas negras na luta contra o regime dos quartéis na década de 1970 - enfrentando o machismo dentro do próprio movimento negro, o racismo no movimento feminista e o capitalismo.

Enfrentamos uma sociedade que coloca para nós uma condição existencial que, do ponto de vista das relações de gênero, é agravada pelo racismo e determinante para a posição de classe que ocupamos.

Como ressaltou [Lélia González](#), baluarte da nossa luta, "a gente também pode apontar para o lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel".

Se existem, no SUS, as políticas de saúde da população negra, se há as leis

que obrigam as escolas a ensinarem a importância da contribuição negra e dos povos indígenas para a história e o desenvolvimento do Brasil, se as trabalhadoras domésticas conquistaram os direitos previstos na CLT, se as universidades e concursos públicos no País reservam cotas para reparar parte dos crimes do Estado contra a população negra, tudo foi produto de muita luta, suor, lágrimas, sangue e vitórias.

Não somos coitadinhas. Somos o alvo deste Estado racista, machista e violento. Mas somos guerreiras e seguiremos marchando até que nenhuma de nós seja superexplorada, discriminada e violentada. Assim como levamos 50 mil mulheres a Brasília em 2015, vamos ocupar todos os espaços que por direito são nossos. Nossos passos vêm de longe e vão nos levar muito além! Até o Bem Viver!

Ouçam as vozes das mulheres negras para a necessária transformação da sociedade e do Estado, alerta Jurema Werneck

(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 25/07/2017) Reconhecer as vozes das mulheres negras como centro do diálogo sobre uma nova sociedade e um novo Estado é fundamental e urgente.

“Elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos assassinados de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente. Ou seja, é uma proposta extremamente generosa”. A explicação é da ativista antirracista

Jurema Werneck, que na sua trajetória de vida e luta acumula décadas de experiência e respeitabilidade, como integrante da ONG Criola, médica, doutora em Comunicação e Cultura e atualmente diretora da Anistia Internacional no Brasil.

A voz de Jurema tem repetido, em ações, falas, textos e formulações eloquentes, aquilo que o racismo invisibiliza: são as vozes das mesmas mulheres negras que estão no centro da resistência ao racismo patriarcal - por serem justamente as mais intensamente expostas às suas consequências violentas e violadoras - que devem ser ouvidas pelo muito que têm a ensinar para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Suas reflexões vão ao encontro das reivindicações da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, que neste 25 de julho realiza o [ato “Mulheres Negras e Indígenas por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”](#). A manifestação acontece no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela - uma data que une as mulheres negras internacionalmente ([saiba mais](#)).

Jurema Werneck esteve em São Paulo em 18 de julho, para uma participação no 11º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A entrevista foi concedida à *Agência Patrícia Galvão* após sua participação na conferência internacional realizada por Tracey Meares, professora de Direito na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e também mulher negra, que falou sobre o tema *‘Atuação policial, legitimidade e confiança nas polícias’*.

Tracey Meares destacou em sua fala como a atuação policial impacta não só na relação da sociedade com o Estado, mas possui também um poder ‘educativo’ que impacta na relação dos membros da sociedade entre si. Ou seja, uma polícia violenta alimenta relações sociais violentas. Ao interagir com a conferencista, Jurema Werneck trouxe quatro casos de jovens negros assassinados por agentes de forças policiais, que são acompanhados pela Anistia Internacional: [Maicon de Souza Silva](#), 2 anos, morto em 1996 durante uma operação policial na favela de Acari, Rio de Janeiro; [Gary Hopkins](#), morto aos 19 anos em 1999 pela polícia de Maryland, nos Estados Unidos; Fabrício dos Santos, filho de Gláucia dos Santos, assassinado aos 17 anos por

autoridades policiais em um posto de gasolina em Guadalupe (Rio de Janeiro) na virada de 2013 para 2014; e Nakiea Jackson, morto em 2014 pela polícia de Kingston, capital da Jamaica ([leia mais sobre os casos](#)).

“São quatro histórias de crianças e jovens negros mortos pela polícia, de familiares que se tornaram ativistas pelo fim da violência, pela punição dos assassinos e pela transformação da polícia. Nossa região, a americana, é extremamente violenta”, pontuou Jurema Werneck, ressaltando que as políticas públicas da região não atuam da mesma forma em relação à proteção da vida de brancos e negros. Nesse cenário, Jurema destaca que é preciso dar centralidade para a voz das mulheres negras, que muito têm a dizer para a construção de uma sociedade menos racista e violenta em um continente marcado pelo colonialismo, a escravidão e o seu nefasto legado: o racismo patriarcal.

Confira a entrevista:

Você disse durante a conferência que é preciso ouvir as vozes das mulheres negras, que elas têm muito a ensinar para uma polícia e um Estado mais humanizado. O que essas vozes estão repetindo que a sociedade não está ouvindo?

Primeiro, essas vozes estão falando bem alto que a polícia está matando meninos e meninas negros e negras nas favelas, nas periferias, em todos os lugares. Elas estão dizendo também que há um fenômeno escondido, ou pouco tratado pelo Estado, que é o racismo, o racismo patriarcal, que não apenas elimina os jovens e as jovens, mas também invisibiliza ou não ouve o que precisa ouvir das vozes das mulheres negras. Porque elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente.

Ou seja, é uma proposta extremamente generosa, porque, como eu disse, o que elas já perderam não vão recuperar nunca mais, mas elas mostram que existe um caminho para além da vingança, tem um caminho que significa justiça, e fazer parte da justiça é dar centralidade a essas vozes, ouvir essas

mulheres que são mulheres negras, que são em sua maioria mulheres de favela e da periferia, que têm uma proposta de um mundo diferente e que precisam ser ouvidas.

E qual é o papel das instituições no enfrentamento ao seu racismo institucional, que é quebrar de fato essa invisibilidade e se comprometer com essa pauta para além do discurso?

É fazer. Enfrentar o racismo institucional só se faz enfrentando. Primeiro, tem que reconhecer que o racismo está lá - em uma sociedade racista, um país racista, um continente racista, o racismo está lá. Então, é preciso enfrentar, e de diferentes formas. Reconhecer implica dizer que as autoridades, ou melhor, que a opinião institucional tem que ser abertamente e explicitamente colocada em favor do enfrentamento ao racismo. É preciso também criar mecanismos internos: diferentes setores, políticas e ações, diferentes formas de dialogar com a sociedade, informar e prestar contas do que está fazendo.

E, no caso das polícias, é preciso de fato interromper imediatamente esse confronto entre Estado e comunidade negra, em especial a população jovem negra. E, por fim, é preciso se juntar à luta que parte da sociedade já está fazendo. Os movimentos negros e os movimentos de mulheres negras, a população indígena, a população de favela já estão lutando. É preciso se juntar e não se opor a essas lutas. Tem que trazer essa inteligência, tem que trazer essas metodologias para dentro, para construir políticas que tenham mais a cara da população. Ou seja, tem que fazer muita coisa, mas é isso: tem que fazer.

E é importante respeitar esse protagonismo, certo?

Sim, com a mulher negra no centro, porque é a mulher negra que está fazendo esse movimento. Isso vale para o Brasil, a Jamaica, os Estados Unidos e vários países do continente: as mulheres negras estão fazendo. Então, é central, é fundamental e é urgente trazê-las para o diálogo e para informar as ações que as instituições têm que fazer.

Por fim, você comentou durante a conferência sobre a taxa de

mortalidade da população negra e no [Mapa da Violência 2015](#) vimos que também aumentou a morte violenta de mulheres negras - em 54%, enquanto a de brancas caiu 9,8% - mesmo com a Lei Maria da Penha em vigor no Brasil, que é considerada uma das mais avançadas do mundo. Esses números são reflexo do racismo estrutural e institucional no país?

Sim. O racismo está presente inclusive na Lei Maria da Penha, quando exclui o enfrentamento ao racismo dos seus mecanismos de proteção à vida das mulheres, que, assim, está deixando de fora esse contingente de mulheres que segue sendo extremamente vulnerável, que segue sendo assassinado apesar da Lei, apesar de uma política pública que foi construída com todas as mulheres. A [Lei Maria da Penha](#) foi construída no debate com todas as mulheres, mas na reta final a política pública acabou não incorporando aquelas que estão mais expostas, não incorporando o enfrentamento ao racismo institucional. O processo de criação e de implementação da Lei Maria da Penha tem muito a ensinar, mas a primeira lição é que é preciso enfrentar o racismo.

Jurema Werneck: ‘Ser mulher negra no Brasil de hoje é sinônimo de luta’

Em entrevista ao HuffPost Brasil, diretora da Anistia Internacional no Brasil fala sobre militância e combate ao racismo no País

[\(HuffPost Brasil, 25/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“E sempre que surgia alguma notícia de Leczy Brandão ou de Angela Davis no jornal meus pais me falavam o quão admiráveis elas eram. E elas ainda são, né? E eles sempre diziam: ‘Elas estudaram’”.

Lembrar e se inspirar em mulheres que resistiram em um mundo hostil e violento. Foi, em parte, pela admiração por mulheres como Lecy Brandão e Angela Davis, que Jurema Werneck, 56 anos, fundadora da ONG Criola e atual diretora Institucional da Anistia Internacional no Brasil, conseguiu um impulso para vencer o desgosto pelos estudos, alimentado por um déficit de atenção na infância.

“Minha bisavó, minha avó, minha mãe, Angela Davis e Lecy Brandão foram mulheres muito importantes para que eu aprendesse sobre o mundo, de fato”, conta em entrevista ao HuffPost Brasil. Hoje, a menina bisneta de escrava que nasceu no Morro dos Cabritos, em Copacabana, no Rio de Janeiro, venceu, trilhou caminhos, é médica, especialista em comunicação e está no mesmo patamar das mulheres citadas por ela.

Para Werneck, hoje, 25 de julho, Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha é um dia não só para lembrar as mulheres que ajudaram a construir o passado, mas também para celebrar as que ainda trilham novos caminhos. “Hoje é um dia para marcar. Para celebrar. Nós, mulheres negras, somos parte desse continente, ajudamos a construir isso. Ser mulher negra no Brasil de hoje é luta. É sinônimo de luta”.

E uma luta dramática para combater a vivência de mulheres negras no Brasil, que é explicada em números: segundo o Mapa da Violência 2015, os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%.

Á frente da ONG Criola desde 1992, a ativista colocou na prática mecanismos para expor violências, muitas vezes, invisíveis e que, até hoje, promove iniciativas de educação, mobilização e campanhas de comunicação com foco no combate ao racismo. Como diretora da Anistia Internacional seu papel se amplia:

“A Anistia quer, cada vez mais, estar perto das pessoas que têm seus direitos violados, para agir de forma mais precisa, mais adequada. E ela me escolhe por isso. Eu sou uma ativista de chão: próxima de favelas, de movimentos de mulheres negras, movimentos indígenas; de várias esferas que lutam por

direitos”.

Em conversa por telefone com o HuffPost Brasil, a diretora institucional da Anistia Internacional no Brasil falou sobre o que é ser uma mulher negra no Brasil atual, falou sobre suas inspirações combate ao racismo, e o atual momento político no País e no mundo.

Leia a entrevista completa:

Mulher, negra, luta

“Ser mulher no Brasil de hoje, de certa forma, é ser parecida com ser mulher no Brasil... desde o começo. É ter que enfrentar o racismo, a violência, a exclusão, condições de vida extremamente precárias. E, por outro lado, ser mulher negra no Brasil de hoje é, como no passado, protagonizar lutas cotidianas para ocupar lugares e para que o mundo seja um lugar mais justo, seguro e íntegro para cada uma de nós. Ser mulher negra no Brasil de hoje é luta. É sinônimo de luta.”

O que mudou?

“Bom, eu acho que... Eu acho que viver em um País racista sempre é e foi muito ruim. Então, dessa perspectiva, isso não mudou. Continua sempre sendo muito ruim. Mas do ponto de vista mais material, concreto, eu tive o privilégio de conviver com a minha bisavó que morreu aos 101 anos e nasceu em 1888 e eu sei que muita coisa mudou. A experiência dela como menina, jovem, e a experiência dela como adulta, idosa foi muito mais difícil do que a que a minha foi. E eu posso dizer que as jovens de hoje em dia, ainda vivem muitas coisas ruins, muitos desafios, vivem de um jeito diferente também. Inclusive, essa possibilidade. A possibilidade de encontrar uma brecha. A brecha de encontrar um caminho melhor do que o jeito como a minha bisavó viveu. Assim como eu fiz. Mas ainda assim continua muito difícil. Cada qual tem o seu fardo para carregar.”

Sobre as que vieram antes de nós

“Nossa. Sim. Bom, a mãe dela tinha sido escrava. Então ela contava coisas que... Ela já nasceu em 1888, ela não viveu a escravidão, mas viveu o ruim

que a república significou para a população negra. Por que o fim da escravidão foi uma esperança, mas a república que foi instalada fez com que a ideia de liberdade fosse destruída cotidianamente. Os descendentes de escravos, ex-escravos que estavam aqui no Brasil na primeira... no início do século XX, eles eram violentamente vistos como indesejáveis e tiveram que se virar sozinhos para ter uma vida digna. Minha bisavó teve uma vida muito difícil aqui no Rio de Janeiro. Ela nasceu em Minas, mas veio para o Rio depois. Ela teve uma vida muito difícil no Rio de Janeiro e é uma construção isolada. Não isolada a pessoa, pessoa, qualquer. Os negros e negras sempre se ajudaram em comunidade, mas era uma carga muito grande. O nome da minha bisavó era Maria Terrínea do Amaral. Era um fardo, mas vale a pena destacar que essas mulheres foram as que lutaram para a gente chegar até aqui.”

Sobre Lecy e Angela

“Eu acho que já falei da minha bisavó, ela foi muito importante para mim, mas também para toda a minha família, que era uma família gigantesca, com agregados, era muita gente. As famílias se organizavam em torno dela. Então, era muito importante que ela estivesse ali. A minha mãe foi uma mulher muito importante também por ser uma resistência no cinema, o nome dela era Dulcineia Werneck. Ela era uma pessoa muito carismática, também uma autoridade religiosa, parte dessa família que já era grande, que também cresceu em torno dela. E meus pais, eles também me apresentaram, me deram dois exemplos para seguir como criança que era a Angela Davis e a Lecy Brandão. E eles me deram esse exemplo muito como estímulo para eu estudar. Porque eu tinha déficit de atenção e tinha dificuldade na escola e eu detestava a escola. E sempre que tinha alguma notícia de Lecy Brandão ou de Angela Davis eles me apresentavam e falavam que elas eram admiráveis. E elas ainda são. E eles sempre diziam: “Elas estudaram”. E, então, minha bisavó, minha mãe, Angela Davis e Lecy Brandão foram mulheres muito importantes para que eu aprendesse.”

Você consegue ver uma evolução?

“Eu tenho 56 anos e, na medida em que eu fui crescendo, fui vendo, e tive acesso às coisas que minha avó e minha mãe não tiveram. Naquela época não

tinha cotas, por exemplo. Na minha época ainda não era uma lei, não tinha esse direito garantido. Mas mesmo assim eu tive um pouco mais de acesso aos estudos. E na universidade em que eu estava — a faculdade de medicina — quase não tinha negros. Tinham três naquele tempo. Nós éramos quatro, e só eu de mulher. Mas era um crescente de sensação que o momento do direito iria chegar. Eu ter entrado na faculdade era a vivência de um direito. No sentido de que isso não era viável e foi uma vitória. A vivência da escola pública até a universidade era impensável para a minha mãe. Mas na minha geração já foi. E para as outras gerações até agora ainda é um desafio gigantesco. Outro dia eu me dei o direito de assistir televisão. E, talvez, uma coisa que as gerações mais novas não notem, me chamou atenção: existem muitos mais negros na televisão hoje. Na minha época quase não tinha. Não tinha mesmo. Algumas coisas mudaram. E estão por aí: negro na propaganda... não existia isso. Então eu vi um crescendo de direitos na minha experiência. Mas também estou vivendo uma experiência hoje de que parece que tudo está se perdendo. Ainda mais nesse momento pelas ações do Congresso e, em alguns casos, até por ações do Legislativo e do Judiciário.”

O racismo (nada) velado

“Para além da questão de gênero, existe um fator muito mais potente na sociedade e que produz exclusões. É o racismo. O racismo é central na história da sociedade brasileira. É o racismo que faz a diferença principal em sociedade. Que a divide em duas e, a partir daí, vem a desigualdade de gênero e aprofunda ainda mais essa divisão, em especial para as mulheres negras. O racismo é o fator principal, quase que central da construção da sociedade contemporânea.”

Como transformar?

“É preciso reconhecer que racismo significa privilégio. Privilégio branco. E que esse privilégio é material. Você vê que a riqueza do País está concentrada na mão de brancos, em detrimento de indígenas e negros. Mas é um privilégio também simbólico. Todo o conceito de bom, de belo, do que está certo, está vinculado à população branca. Esse é um privilégio vinculado ao racismo. E obviamente ocupando os melhores postos, morar nas melhores regiões da cidade, comer as melhores comidas, ter acesso à riqueza — que,

diga-se de passagem é produzida muito pelas mãos negras –, então, porque é difícil combater o racismo no Brasil? Por que combater o racismo significa retirar o branco da posição em que está. E, para que isso aconteça de uma forma significativa, requer uma aliança muito mais significativa com a parte branca da sociedade — que, em sua maioria, não está interessada em aderir a esta transformação. Penso que é difícil, mas não impossível. A nossa conversa aqui, agora, prova que existem setores da sociedade que estão mais interessados em olhar para isso.”

Como combater?

“Precisa ser de diferentes formas e em diferentes níveis. Por exemplo, é preciso nomear. Lembra dos 12 passos dos Alcoólicos Anônimos, em que o primeiro passo é nomear? Então. É preciso apontar e dar nome ao que é racismo. É nomear, analisar, compreender, saber do que se trata, definir estratégia de mudanças e promover as reparações. E isso são coisas que estão ao alcance de todos. Todo mundo tem ferramentas para, de alguma forma, em algum ambiente, enfrentar o racismo. E é muito importante que a gente enfrente o racismo, inclusive, desde a perspectiva do controle do Estado. O privilégio branco de controlar a ação do Estado significa controlar a distribuição da riqueza, que é feita, muitas vezes, pela mão de todos e controlada apenas por uma pequena parte da população.”

Falar e ser vista

“Para a gente ser ouvida a gente só precisa falar. E o que eu quero dizer com isso? O que você está fazendo comigo, agora, abrindo espaço para eu falar o que eu penso, é uma forma de fazer isso, né? As mulheres negras precisam ter acesso a todos os canais. É verdade que, também a população negra, paralela aos espaços hegemônicos, construíram seus próprios canais de fala. Mas é importante que tenham canais compartilhados entre todos. É preciso estabelecer os canais e compartilhar isso. E acabar com os privilégios do controle. E, nesse sentido, eu posso falar sobre a luta do movimento negro. Essa luta está mudando, como todas as lutas estão. Novas técnicas, novos canais, novos sujeitos, uma quantidade imensa de jovens, meninos e meninas tem participado cada vez mais do movimento e isso é muito bonito, muito importante. Isso significa em lutar diariamente contra o genocídio, contra a

violência policial, contra a violência do estado, contra a violência sexual de mulheres e, sobretudo, de encontro à afirmação de identidades: do nosso direito de usar turbante, de ter o cabelo black, de ser quem somos”.

Na contramão de direitos, o retrocesso

“Pois é. O conservadorismo está ganhando mais voz pública. Antes ela tinha uma voz existente, mas um pouco mais silenciada. Essa voz só está com um pouco mais de espaço de expressão. Tem um lado disso que é graças à nossa luta, que é por expressão. Por todo mundo poder ocupar a esfera pública. Então, muito antes disso não era possível. Quando essas vozes aparecem, quando elas se colocam na esfera pública, o primeiro efeito é de nos assustar muito. É justo que os discordantes anunciem a sua discordância, é claro. Mas o ruim é que traz ódio, traz essa narrativa “nós contra eles”. O nosso lado, que queria direitos, valorizou a diferença, sempre. O outro lado advoga outra coisa. E isso nos coloca naquele momento que precisamos ir além do medo. Ter coragem é essa coisa de administrar o medo na ação. Temos uma arma”.

E o Brasil?

“Com certeza (as reformas) são uma forma de retrocesso. A PEC do Teto é muito grave, no sentido de que ela acaba com ferramentas que a gente tinha para lutar, para alcançar e garantir mais direitos. As propostas de reforma trabalhista e previdenciária também são uma desvantagem do mecanismo que a gente tinha para lutar para que boa parte da população acendesse. E, diante disso, é preciso prestar atenção: as mulheres negras já estavam excluídas desse processo todo. Elas são a maioria da população e que está no mercado informal. Ou seja, a previdência já não nos alcançava. Nós não estamos perdendo direitos. Estamos perdendo a esperança de algum dia ter direitos. A reforma trabalhista está aprovada, mas ainda tem muita luta. Tem muita coisa para fazer.”

A ressignificação

“Toda essa bagagem, essa casca, a gente traz da experiência com a dor, com a ferida. Na Anistia, nós lidamos com gente que tem os direitos violados veementemente e essas pessoas são ótimos exemplos de resistência. A

condição que de uma mãe que teve seu filho morto pela polícia do Rio de Janeiro, por exemplo. Essas mães estão em luta e não é isso que vai trazer seu filho de volta. Mas elas fizeram uma escolha olhando para a frente. É possível apostar no futuro. É possível lutar. É possível se juntar com outras pessoas. É possível fazer movimento. O medo tem a utilidade de dar naturalidade à nossa coragem. Não é para nos paralisar, e para dar ação à coragem.”

A revolução das mulheres negras, por Juliana Borges

Hoje é Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o objetivo é intensificar os laços das mulheres negras e a luta pelo fim das opressões estruturais de gênero, raça e classe

[\(Revista Trip, 25/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres negras construíram, ao longo de sua história, importantes eixos de luta e transformações teóricas. E isso tem como elemento central a pluralidade de existências e pauta-se contra universalidades. Somos diversas e complexas, portanto, sentimos as opressões de modos variados.

Hoje, 25 de julho, é celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha. A data foi definida em 1992, no 1º Encontro de Mulheres afro-latino-americanas e caribenhas realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, para intensificar os laços das mulheres negras pelo continente e como marca da resistência pelo fim das opressões estruturais de gênero, raça e classe.

No Brasil, a data também celebra o dia Tereza de Benguela, em lei sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 2014. Tereza viveu no século 18 e foi uma importante líder quilombola que lutou por mais de duas décadas

contra as investidas do colonialismo português. Neste sentido, a data ganha novos contornos ao demonstrar a liderança de mulheres negras em defesa de suas comunidades.



Tereza de Benguela

Por isso, é muito bem-vindo, neste mês, o lançamento de *Mulheres, Cultura e Política* (Boitempo Editorial), de Angela Davis - que está no Brasil e fala sobre feminismo negro hoje, em Salvador. O livro, uma compilação de diversos artigos, palestras e discursos, passa por temas necessários, como a denúncia da violência sexista e os estupros sofridos por mulheres, e as implicações disso na vida das mulheres negras.

Davis problematiza o fato de as mulheres se sentirem responsáveis por uma violência absolutamente pautada por uma relação de poder e controle que os homens querem exercer sobre elas. E diz: “Os motivos que levam homens a estuprar com frequência surgem de sua necessidade socialmente imposta de exercer poder e controle sobre as mulheres por meio da violência”. Ela ainda estabelece o paralelo da relação entre estupro e tortura, em como esta violência é utilizada como arma de guerra e foi muito utilizado por senhores de escravos sobre mulheres negras escravizadas.

Mulheres, Cultura e Política também aborda a necessária atenção à saúde das mulheres negras, principalmente a saúde mental, sendo elas cada dia mais dependentes de psicofármacos em uma relação histórica que nos liga a histerias e doenças mentais.

No eixo de questões internacionais, Davis traz uma belíssima homenagem para Winnie Mandela e defende a resistência do Congresso Nacional Africano na luta contra o apartheid em África do Sul. O texto traz este importante elemento de liderança das mulheres negras em contextos de luta e resistência.

E, por fim, mas sendo o primeiro texto do livro, Davis apresenta a estrutura das ideias fundantes do movimento de mulheres negras sobre o empoderamento. Para ela, o conceito envolve estratégias coletivas de luta e libertação do povo reafirmando que se empoderar significa ‘subir todas juntas’. Neste sentido, o empoderamento e a construção de luta das mulheres negras devem manter uma postura revolucionária.

Contexto maior

Tem ganhado força a compreensão de que racismo e machismo são estruturantes no sistema capitalista. Não se trata apenas da apropriação do capital dessas estruturas opressoras, mas da relação dessas opressões, e que as lutas, tanto para o fim delas quanto para acabar com o sistema de exploração capitalista, devem perpassar toda a construção política e estratégica dos projetos das esquerdas latino-americanas.

Neste sentido, o pensamento e ativismo de Angela Davis emerge como

estrutura teórica e política: filósofa e professora do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia, Davis é uma referência na luta por direitos civis, igualdade entre homens e mulheres, lutas anticapitalistas e, fundamentalmente, contra o encarceramento em massa e pelo abolicionismo penal.

Para ela, o movimento de mulheres negras traz uma crítica global e sistêmica das opressões e, ao interseccioná-las, jamais dispensa a crítica à dominação classista, racista e machista. Mulheres negras sempre foram trabalhadoras, seja como corpo escravizado, seja no pós-abolição como lavadeiras, domésticas. É um legado da escravização e ponto necessário para pensarmos a subalternidade histórica à qual elas foram e são submetidas.

Compreender estas diferenças não significa, e Davis ressalta isto no conjunto de sua obra, fragmentar os movimentos — muito pelo contrário. Entender estas diferenças é um ponto central para estabelecermos parâmetros reais para a construção de uma nova condição social das mulheres. Como não levar em conta que 52% da mão de obra doméstica no Brasil é exercida por mulheres negras? Apresentar esta indagação não significa pautar-se por lutas identitárias, mas por deslocar as relações para o bem humano, em contraponto ao bem do lucro. Essa questão, no mínimo, coloca em dúvida a estrutura capitalista.

Juliana Borges é pesquisadora em Antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde cursa Sociologia e Política. Foi Secretária Adjunta de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo (2013).

Em um belo dia da mulher

negra, por Fernanda Lira Góes

Um viva às mulheres negras

[\(HuffPost Brasil, 24/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Nasci baiana porque esse é o benefício de quem estreia *ni* Salvador. Em uma cidade de altos e baixos, com curvas e retas que me ensinaram o princípio da união harmônica. Filha de uma relação inter-racial, desde cedo percebia que nem era igual, nem parecida com determinado grupo da família. Assumi o orgulho de ser negra. Se nos ensinam a não gostar, a desvalorizar, a desqualificar, a discriminar, a fugir, a ter medo, enegreci. Compreendi por que ser negra em uma escola de classe média *ni* Salvador me fazia esconder que adorava brincar nos muros das casas do Uruguai, na Cidade Baixa. Que ir ao Ballet na Pituba me fazia esconder que eu gostava mesmo de me sacudir toda nas Terças da Benção na quadra do Olodum, no Pelourinho. Fiz trancinhas no cabelo. Na Lapinha, assistia ao futebol de botão. *N'Itapuã*, convivia com o Caruru de Promessa. Sete crianças comiam antes de mim, sempre.

Então, ouvi um jamaicano rastafari cantar: *“Emancipate yourselves from mental slavery. None but ourselves can free our minds”*. Marx confirmou as músicas de Bob Marley, a alienação enquanto instrumento de controle cooptava a vítima a reproduzir os costumes opressores. “Se você está de ofender, é só chamá-la de morena, pode crê. Aqui no Ilê Aiyê, a preferência é ser chamada de Negona. A consciência é o objetivo principal. Eu quero muito mais, além de esporte e carnaval, natural. Chega de eleger aqueles que têm. Se o poder é muito bom, eu quero o poder também. Se você está de ofender, é só chamá-lo de moreno. É desrespeito à raça, é alienação. Aqui no Ilê Aiyê, a preferência é ser chamado de Negão.” Numa música do Ilê Aiyê, aprendi minha referência bibliográfica mais coerente sobre o poder enquanto categoria de análise.

Na metodologia da universidade, a observação e a interação com o objeto estão inclusos enquanto processo de pesquisa empírica. Pesquiso as desigualdades raciais. As políticas públicas de igualdade racial no Brasil.

Geografizando nos territórios usados com Milton Santos. O corpo. Única inapta a desfilar no bloco de carnaval odor agradável do afeto. Minha mãe foi lá tirar satisfação. Minha beleza tem cor. Inserida em mim mesma. Na escada rolante, a moça pediu para o filho guardar o celular. Me deu muitas olhadas. Ninguém atrás de mim. Eu era a ameaça. Não sabia ela que meu celular era aquele da maçã mordida. Meu dinheiro é negro.

Alunos e alunas que éramos da universidade, em nossa pesquisa de campo, abordadas pelos seguranças ali mesmo no estacionamento, ao descer dos carros. Questionaram o que iríamos fazer no shopping. Minha renda tem raça. Nas pesquisas domiciliares do IBGE, usadas como base de nossas análises, as diferenças estão presentes de modo consistente, contínuo e com certeza. Se quiser ver, veja. Lá nos nossos trabalhos para *download* gratuito. Nem precisaria citar dados estatísticos para confirmar minha lenga-lenga.

A cadeia. O sistema carcerário aprisiona homens pretos e pardos. O cemitério. Os corpos de jovens negros são morridos por morte matada. A cozinha. Minhas colegas empregadas domésticas são trabalhadoras rejeitadas pela própria Constituição Federal do nosso país. Artigo sétimo, parágrafo único. Os direitos delas são menores que de todos os trabalhadores iguais. O lixo. 66% de catadores e catadoras de material reciclável são pretos e pardos, de acordo com pesquisa do Ipea!

Resistimos às questões das desigualdades relacionadas à discriminação racial causada pelo preconceito baseado no racismo. *Ni* Brasília, durante o Festival Latinidades, a pantera negra Angela Davis desfilou um *blackpower* grisalho e defendeu os princípios do veganismo. No palco, Dona Conceição Evaristo apresentou a *minina* Yasmin Thainá. E num é que ela escreveu uma carta aberta para Lázaro Ramos? Pense num *mininoseco*, pior que eu. Atuava no Bando de Teatro Olodum. Assisti Ó Paí Ó, Cabaré da Raça. No meio do MAM, bati o pé com Tia Nenga me dizendo que era uma trilogia do Pelô: Essa é a Nossa Praia, Ó Paí Ó e Bai Bai Pelô. Então, aceito o convite de Thaís Araújo para subir No Topo da Montanha. Lembro bem do dia que ouvi: “Lá vem a negrada que faz o astral da avenida. Mas que coisa bonita. Quando ela passa, me faz chorar. Tu és o mais belo dos belos, traz paz e riqueza, tens o brilho tão forte, por isso te chamo de Pérola Negra”.

Um viva às mulheres negras!

Fernanda Lira Góes é técnica de planejamento e pesquisa do Ipea

Mulheres negras e indígenas saem às ruas contra a violência

Marcha em São Paulo denuncia o racismo e a violência que vem se agravando com as reformas “genocidas” do governo Temer e as ações higienistas de Doria

[\(Rede Brasil Atual - 24/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Contra as opressões que ainda imperam na sociedade e com o lema “Por nós, por todas nós, pelo bem viver”, mulheres negras e indígenas de São Paulo saem às ruas nesta terça-feira (25) para denunciar o racismo, o machismo e a violência. A iniciativa celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, instituído em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenas, com o intuito de dar visibilidade à luta de mulheres negras no continente, e o Dia Nacional de Tereza de Benguela, líder do quilombo Quariterê no Mato Grosso em meados do século 18, comemorados nesta terça.

As ações são capitaneadas pela [Marcha das Mulheres Negras de São Paulo](#), em articulação com mais de 50 entidades do movimento negro e de mulheres, como o [Geledés Instituto da Mulher Negra](#), União de Negros pela Igualdade ([Unegro](#)), Coordenação Nacional de Entidades Negras ([Conen](#)), Marcha Mundial de Mulheres ([MMM](#)), dentre outros.

Leia mais:

[Mulheres negras protestam contra racismo e feminicídio na Bahia \(A Tarde, 25/07/2017\)](#)

[Ato em SP marca Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha \(Agência Brasil, 25/07/2017\)](#)

[Em Belém, caminhada pede o fim da violência contra as mulheres negras \(RBATV, 26/07/2017\)](#)

“Queremos colocar a pauta do genocídio do povo negro, do feminicídio e do encarceramento em massa no centro do debate político”, afirma Juliana Gonçalves, integrante da marcha. Segundo ela, a violência contra as mulheres negras, seja em função da cor, do gênero, da orientação sexual ou por intolerância religiosa, vem crescendo “exponencialmente” nos últimos anos. “Marchamos porque queremos viver.”

Em São Paulo, este é o segundo ano em que as mulheres negras marcam a data. Já em 2015, juntamente com outras organizações nacionais, a marcha reuniu mais de 50 mil mulheres em Brasília.

As mulheres negras se manifestam também contra o governo Temer e seus projetos de reformas que retiram direitos: “Os golpistas impõem uma reforma trabalhista que acaba com a CLT. Mesmo sendo a maioria de trabalhadoras informais, com dificuldade de acesso a benefícios trabalhistas, as mudanças nas leis do trabalho nos atingem porque quando todo mundo perde, nós negras e indígenas perdemos mais que todos”, diz um trecho do manifesto das mulheres negras.

Elas também criticam o projeto de reforma da Previdência, que “vai nos fazer trabalhar até morrer”. “A gente chama de reformas genocidas, porque, a longo prazo, vão vitimizar, de maneira definitiva, parcelas da população, e em especial, a parcela preta e pobre”, diz a integrante da Marcha.

Para além dos slogans “Fora, Temer” e “Diretas Já”, Juliana reivindica uma democracia de fato: “Hoje, não vivemos numa democracia. Com o golpe, com o Temer, a gente percebe que estamos à parte deste sistema”, ressalta Juliana. Ela diz que políticas públicas em saúde e educação, voltadas à população negra, vêm sendo “esvaziadas” pelo governo Temer.

Em São Paulo, as mulheres denunciam a falta de vagas em creches, falta de medicamentos nas UBSs e cortes no programa Leve Leite, dentre outras

medidas da gestão Doria que estão “vilipendiando os direitos das mulheres negras e pobres”. Ela também destaca a política higienista e de “criminalização da pobreza”, promovidas por Doria contra usuários na Cracolândia e contra moradores de rua, que também colocam a população negra como alvo preferencial. “A pobreza, não só em São Paulo, mas no Brasil, tem cor e sexo: é preta e feminina”, diz ela.

A [Marcha das Mulheres Negras de São Paulo](#) se concentra a partir das 17h na Praça Roosevelt, no centro da capital paulista. Além das falas políticas, a marcha também conta com atrações culturais, com presenças do grupo Ilú Obá De Min, da DJ Luana Hansen, Mc Soffia, e intervenções artísticas.

De lá, elas seguem para o Largo do Paissandu, também no centro, onde encerram as mobilizações, que o movimento luta para que seja rebatizado como Largo 25 de Julho, para consolidar as comemorações do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Caso queiram e necessitem, as mulheres mães poderão deixar seus filhos pequenos na creche que vai funcionar no Centro de Memória do Circo, na Galeria Olido, na Avenida São João, 473 (sobreloja) - para usar o serviço basta preencher um [formulário virtual](#).

Tiago Pereira

Mulheres negras e indígenas celebram o 25 de julho na capital paulista - SP, 25/07/2017

Mulheres negras de várias regiões da cidade e indígenas das aldeias do Jaraguá e Parelheiros denunciam as múltiplas formas de violência machista, racista e de classe que enfrentam cotidianamente, e defendem o Bem Viver.

Ato acontece no Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, e vai da Praça Roosevelt ao Largo do Paissandu.

(Agência Patrícia Galvão, 20/07/2017) Na próxima terça-feira, 25 de julho, a [Marcha das Mulheres Negras de São Paulo](#) realizará o ato “Mulheres Negras e Indígenas por nós, por todas nós, pelo bem viver”. A manifestação acontece no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela - liderança quilombola reconhecida no Brasil por meio da Lei Federal [12.987/2004](#). Uma data que une mulheres negras internacionalmente no enfrentamento a todas as opressões sofridas e pelo objetivo de superá-las.

As mulheres, em especial as negras, sempre foram protagonistas dos movimentos por saúde, habitação, educação - que conquistaram o SUS, os mutirões habitacionais, as lei [10.639/03](#) e [11.645/2008](#), e, recentemente, as cotas raciais na Unicamp e USP, entre outros direitos historicamente sonegados. Mas a violência, racismo e machismo perenes na sociedade brasileira desde a sua fundação sob o modelo escravista de produção ainda fazem com que as mulheres negras e indígenas vivam uma realidade de desigualdades e discriminações em todos os aspectos da vida. E, no último período, a intensificação das violações decorrentes da atuação em defesa de direitos, como se evidencia nos recorrentes assassinatos de lideranças quilombolas e indígenas.

A articulação de diversas redes de mulheres negras em nível nacional levou à [Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, o machismo, a violência e pelo Bem Viver](#), em 2015. Pela primeira vez na história do Brasil, 50 mil mulheres ocuparam as ruas de Brasília para cobrar políticas públicas e reparação pelas desigualdades estruturais enfrentadas. As demandas prioritárias das 49 milhões de pretas e pardas brasileiras foram consolidadas na [Carta das Mulheres Negras 2015](#).

O coletivo autônomo e independente [Marcha das Mulheres Negras de São Paulo](#) ajudou a construir a Marcha em 2015, e organizou no ano passado a primeira marcha pelo 25 de Julho na cidade de São Paulo, que levou mais de três mil mulheres às ruas do Centro.

“No momento em que o Brasil atravessa uma grave crise política, com o desmantelamento de políticas públicas duramente conquistadas, com desmandos por parte de governos elitistas e conservadores, nós negras de São Paulo trazemos para toda a sociedade questões que nos afetam diretamente e que queremos ver enfrentadas por todas as pessoas que acreditam num novo projeto de nação”, afirma o manifesto do ato.

O ato contará com as presenças do grupo Ilú Obá De Min, da DJ Luana Hansen, Mc Soffia, e diversas intervenções artísticas durante toda a marcha.

Serviço:

Dia: 25/07/2017 (terça-feira)

Concentração: às 17h00 - Praça Roosevelt

Encerramento: Largo do Paissandu

Contatos para mais informações:

Alê Almeida - dona@alealmeida.com - (11) 99259.8052

Andréia Alves - andreia.alves@hotmail.com - (11) 99141.7865

Juliana Gonçalves - jukisantos@gmail.com - (11) 98525.9387

Luciana Araújo - luciana_jornal@uol.com.br - (11) 97619.9076

Mara Minassian - malu.minassian@gmail.com - (11) 99816.8218

Nilza Iraci - nilraci@uol.com.br - (11) 99584.0637

**Negras latino-americanas são
mais sujeitas a violência**

doméstica

Brasil é o país com maior incidência de feminicídios na América Latina, seguido de México, Honduras e Argentina

[\(Catraca Livre, 20/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Mesmo que as mulheres negras da América Latina e do Caribe tenham suas particularidades, elas compartilham as mesmas lutas pela própria sobrevivência, que são dificultadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, e acabam afetando questões territoriais, sociais, econômicas ou mesmo políticas. Isso exclui e oprime duplamente as mulheres negras pela influência de um gênero sobre o outro.

Segundo a [Agência Brasil](#), a estimativa dada pela Associação Rede de Mulheres Afro-Latinas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (Mujeres Afro) é de que existem 200 milhões de afrodescendentes na América Latina e no Caribe, que correspondem a 30% da população desses lugares.

No regime escravocrata, o trabalho braçal, o sexo forçado e as torturas eram usadas para manter as mulheres negras submissas, e, ainda hoje, elas lutam para tirar dos ombros essas marcas centenárias e fechar brechas históricas.

“Nossos corpos ainda não serão nossos. Gosto sempre de dizer que não é normal que o movimento feminista tenha conquistado o direito ao voto em 1932 e só em 2015 o movimento de mulheres negras conseguiu aprovar a PEC das Domésticas”, disse Laina Crisóstomo, advogada feminista negra e presidenta fundadora da Ong TamoJuntas.

E emenda: “Isso é assustador ou ao menos deveria ser vergonhoso para as mulheres não negras que não consigam perceber essa disparidade. A mulata exportação, a globeleza, a publicidade da cerveja preta, venda de ácidos para clareamento da pele são reflexos de quase 500 anos de escravização”.

Com dados da [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe](#) (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU), dos 25 países com os maiores índices de feminicídio do mundo, 15 estão na região da América

Latina e do Caribe. Uma mudança sutil na forma de encarar esses crimes tem ocorrido: entre 2010 e 2015, o número de países dessa região que tipificaram o crime em suas leis penais subiu de quatro para 16.

Foi constatado que o Brasil é o país com maior incidência de feminicídios (4.762 em 2013) na América Latina, seguido de México (2.289), Honduras (531) e Argentina (225) em 2014, a cada 100 mil habitantes.

Laina acredita que a liderança do Brasil resulta de um país que é “extremamente machista e tem influência significativa da igreja, do moralismo, especialmente quando pensamos que por décadas tivemos o crime passional, crime contra a honra e a permissão de castigo das mulheres por seus maridos”.

No Brasil, segundo o [Mapa da Violência 2015](#), ao longo dos anos as mulheres negras fizeram diversas ações para expor as desvantagens sociais sobre a violência doméstica ou qualquer outro tipo de violência, mas, por falta de dados especificados por cor, além da dificuldade de inserção do tema, a questão ficou oculta.

O mapa também ressalta a estrutura discriminatória, já que a vitimização é seletiva: as taxas de violência contra brancas são menores e contra negras tendem a aumentar.

“Crescemos enquanto movimento feminista e conquista de direitos, mas o racismo, o machismo e o patriarcado se reinventam todos os dias. É possível perceber isso nos crimes de ódio cada vez mais recorrentes nas redes sociais. Sem sombra de dúvida, a violência irá crescer e também mais mulheres se sentirão encorajadas a denunciar. Esses são os dois lados das estatísticas”, ressalta a advogada.

Entre 2003 e 2013, as principais vítimas da violência de gênero foram meninas e mulheres negras (de 4,5 para 5,4 por 100 mil habitantes) e houve queda nas taxas de homicídio de mulheres brancas (de 3,6 para 3,2), com maior incidência entre 18 e 30 anos de idade, sendo a maior parte das mortes causadas por força física ou objeto cortante. Ou seja, em dez anos, a taxa mais baixa de homicídio de negras não chega a ser menor que a taxa mais

alta de homicídio de brancas.

“O feminismo clássico tem uma dívida grande com as mulheres negras. A luta das mulheres negras sempre existiu nos suicídios, nas senzalas, nos abortos, nas fugas para construção de quilombos”, diz a advogada.

“A visibilidade se dá com Lélia Gonzalez, com Luiza Bairros, com autoras afroamericanas por volta da década de 70. Em toda a América Latina e o Caribe, especialmente em 1992, com a união e reunião das demandas específicas das mulheres negras nesses países que sofreram por tanto tempo com colonização e exploração”, completa.

Dados do primeiro semestre de 2016 da [Secretaria Especial de Política para as Mulheres](#) (SPM) mostram que espaços privados ou mesmo familiares, que deveriam ser de refúgio para a mulher, são onde mais se propaga a violência doméstica (86,4%) que vem de maridos, companheiros, pais, padrastos, tios ou outros membros da família.

No mesmo período, pelo atendimento do Ligue 180, um total de 555 mil ligações foram recebidas e, deste montante, quase 68 mil eram relatos atribuídos a violência física (51,06%), psicológica (31,10%), moral (6,51%), cárcere privado (4,86%), violência sexual (4,3%), patrimonial (1,93%) e tráfico de pessoas (0,24%).

De todas essas situações, 59,71% foram de violência contra negras e a maioria das denúncias foi feita pela própria vítima (67,9%). Os dados também mostram que o Estado, por meio de políticas públicas, não tem coibido a violência doméstica e familiar, especialmente no que diz respeito às mulheres negras. Em comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 133% nas denúncias, sendo que 97,76% dos casos apresentaram risco para a vítima.

“Há muita política, mas não para nós. Infelizmente, a luta das mulheres não negras nunca incluiu mulheres negras. Posso citar direito ao voto em 1932, quando quem votava eram mulheres que sabiam escrever, Estatuto da Mulher Casada de 1962, Lei do Divórcio de 1977, Constituição Federal de 1988, todas as pautas foram elaboradas por mulheres não negras.”

A própria [Lei Maria da Penha](#), diz Laina, “não foi pensada e não tem funcionado para as mulheres negras, não é possível que uma lei consiga reduzir em 10% o número de feminicídios contra mulheres brancas e contra mulheres negras aumente em 54,3%”.



A advogada feminista Laina Crisóstomo (Foto: Reprodução/Facebook.com/laina.crisostomo)

O problema é complexo e demanda não apenas leis e programas que incluam assistência psicológica e social, mas estratégias que transformem a cultura e as condições, assim como fortalecimento das relações sociais. Exige, também, ações na Justiça, saúde e educação nas instituições de cultura e nos meios de comunicação, assim como apoio e assistência jurídica. Acesso e autonomia econômica não bastam para liberar mulheres vulneráveis à violência, mas ajudam a quebrar o ciclo.

Nesse quesito, o maior avanço do país foi a organização dos movimentos sociais. “Sinto mais força, mais poder e mais sororidade nos movimentos e

isso sem dúvida as encoraja a falar, a denunciar. Campanhas como #meuamigosecreto #meuprimeiroassedio #euempregadadomestica são isso, o grito de socorro com a força das redes e a força de mais mulheres”, complementa a advogada.

Ainda com informações da Cepal, dados específicos nos países da América Latina e Caribe, apesar de terem avançado na intenção de harmonizar as informações e números oficiais, têm enfrentado obstáculos na dispersão, falta de comparabilidade e baixo tempo dos registros que foram retidos. Os países ainda precisam implementar metodologias que deem a dimensão da violência, bem como construir registros exclusivos.

Conforme a Cepal, em sua forma mais ampla, a violência sexual contra mulheres negras ainda enfrenta questões relacionadas a exploração sexual infantil e de adolescentes, assim como o tráfico de mulheres. Tudo isso tem ligação com a imagem de controle que as envolvem como objeto de consumo e exploração sexual para além de políticas públicas de controle e responsabilidade midiática e da indústria do turismo, que deveriam eliminar esses estereótipos, mas acabam reforçando.

“Precisamos boicotar essas empresas até que entendam nossas demandas, nossos direitos, sentindo no bolso. Isso contribui muito para a manutenção dos estereótipos da ‘disponibilidade’ do corpo da mulher negra, fortalece e muitas vezes tenta justificar violências.”

Jéssica Lima